



Aprendizagem formal, não formal e informal na Europa. Uma análise a partir do inquérito à Educação e Formação de Adultos coordenado pelo EUROSTAT

Patrícia Ávila

Instituto Universidade de Lisboa/ISCTE
patricia.avila@iscte.pt

Alexandra Aníbal

Instituto Universidade de Lisboa/ ISCTE
Alexandra.anibal@gmail.com

No quadro de uma abordagem macro à questão da aprendizagem ao longo da vida, consideramos da maior relevância a informação recolhida através do Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA), realizado em 2007 e 2011, em 27 países europeus, sob as orientações metodológicas e de conteúdo do EUROSTAT. Estes inquéritos visaram obter dados concretos sobre a participação dos adultos europeus em atividades de aprendizagem formal, não formal e informal.

Na presente comunicação propomo-nos apresentar a análise que realizámos a partir dos dados dos dois inquéritos IEFA e que teve como principais objetivos:

- i) Obter um retrato dos vários países quanto à repartição de modos e processos de aprendizagem;
- ii) Identificar as especificidades portuguesas ao nível da realização de aprendizagens formais, não formais e informais;
- iii) Identificar as principais tendências registadas entre 2007 e 2011, para a aprendizagem formal e não formal.

Relativamente ao nosso país, e pela possibilidade de acesso aos micro-dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, foi ainda possível aprofundar algumas linhas e pistas de investigação, nomeadamente perceber de um modo mais integrado quais os principais determinantes da aprendizagem informal em Portugal, através da utilização de ferramentas de análise multivariada.

Palavras-chave: aprendizagem formal, não-formal e informal; inquérito à educação e formação de adultos, EUROSTAT

Quantificar a aprendizagem formal, não formal e informal - O inquérito europeu à educação e formação de adultos (2007 e 2011)

Em 2007 e em 2011, sob as orientações metodológicas e de conteúdo do EUROSTAT, foi realizado em cada um dos vinte e sete países da União Europeia o Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) com o objectivo principal de analisar a participação dos adultos em atividades de aprendizagem formal, não formal e informal. Para tal, os europeus foram questionados sobre as atividades de educação formal e não formal, bem como de aprendizagem informal, nas quais tivessem estado envolvidos nos 12 meses imediatamente anteriores ao momento da inquirição. Em Portugal, as referidas operações estatísticas foram levadas a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE),

tendo a primeira decorrido em 2007 e a segunda entre Outubro de 2011 e Janeiro de 2012. A primeira destas operações estatísticas ocorreu em 2007, a segunda ocorreu entre Outubro de 2011 e Janeiro de 2012.

Em 2007, o âmbito etário de referência da população inquirida foi dos 18 aos 64 anos. Em 2011 alargou-se a indivíduos entre os 18 aos 69 anos.¹ Os conceitos de aprendizagem formal, não formal e informal são comuns aos dois inquéritos, embora a formulação das questões com eles relacionadas tenha sofrido algumas alterações.

Tabela 1: Conceitos de Aprendizagem formal, não formal e informal no IEFA 2007 e IEFA 2011

IEFA 2007 e 2011	Aprendizagem formal	Aprendizagem não formal	Aprendizagem informal
Conceitos	Educação ou Formação ministradas em instituições de educação e formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores	Formação que decorre normalmente em estruturas institucionais, devendo conferir um certificado de frequência de curso. Esta certificação não é, normalmente reconhecida pelas autoridades nacionais, não permitindo a progressão na sucessão hierárquica de níveis de educação e formação	Formação que decorre das atividades da vida quotidiana relacionadas com o trabalho, a família, a vida social ou o lazer. Normalmente tem lugar fora das estruturas institucionais, decorrendo num ambiente de aprendizagem que o aprendente (ou outra pessoa) pode organizar e estruturar livremente. Não confere certificação, embora as competências adquiridas por esta via possam vir a ser submetidas a processo de validação e certificação.

Fonte: Documentos Metodológicos IEFA 2007 e IEFA 2011

A definição de aprendizagem informal comum aos dois inquéritos corresponde, em nosso entender, a uma abordagem demasiado restritiva do fenómeno em causa: apenas considera as aprendizagens “intencionais”, deixando de fora do conceito as aprendizagens informais que tenham ocorrido de modo não deliberado ou não intencional² Mas é com

1 O EUROSTAT exigiu aos países que a recolha de dados fosse relativa aos indivíduos com idades compreendidas entre os 24 e os 64 anos. Cada país podia, desde que cumprisse este requisito, alargar para cima ou para baixo o intervalo etário de recolha (como fez Portugal).

2 O conceito de aprendizagem informal é objeto de diferentes interpretações por parte dos organismos internacionais com responsabilidades em matéria de educação. A maior clivagem entre as definições propostas reside no facto de algumas só incluírem a aprendizagem levada a cabo de forma deliberada pelo aprendente, considerando que “a intenção ou o objectivo de aprender é o ponto crítico que distingue estas atividades de outras que não são de aprendizagem, como as culturais ou as desportivas.” (UNESCO, 2011). Ora limitando o que é aprendizagem ao que é intencional e propositado, exclui-se tudo o que se aprende “sem se dar por isso”: excluem-se as atividades de aprendizagem situada, como definidas por Lave e Wenger (1991) que são as que “ocorrem integradas numa actividade, num contexto, numa cultura, que são normalmente não intencionais em vez de deliberadas.” Embora se compreenda a intenção de objetivar o que se entende por aprendizagem, consideramos que a objetivação implica uma descomplexificação da realidade que a empobrece e simplifica em excesso. De facto, muitas das aprendizagens que realizamos numa base quotidiana não são intencionais e, seguindo esta visão restritiva, serão sempre invisíveis. Ao contrário da recente definição de aprendizagem informal (UNESCO, 2011), a definição de 1997 era mais ampla, abarcando aprendizagens intencionais e não



esta definição presente que devem ser interpretados os resultados destes inquéritos. A análise aos dados foi realizada em dois níveis, visando diferentes objetivos:

O primeiro, consiste num esforço de comparação das respostas dadas pelos portugueses com as dos restantes europeus. Pretende-se obter um retrato comparado dos vários países e também identificar as principais tendências registadas entre 2007 e 2011, para a aprendizagem formal e não formal. Refira-se que, relativamente à aprendizagem informal, a comparação entre países apenas é possível, por enquanto, para o ano de 2007.

O segundo nível de análise pretende aprofundar a leitura da realidade portuguesa no que diz respeito à aprendizagem informal. Assim, partindo da base de dados (micro-dados) relativa a Portugal, foram examinadas algumas linhas e pistas de investigação ainda não exploradas. Foi possível, nomeadamente, através da utilização de ferramentas de análise multivariada, perceber de um modo integrado os principais determinantes da aprendizagem informal em Portugal.

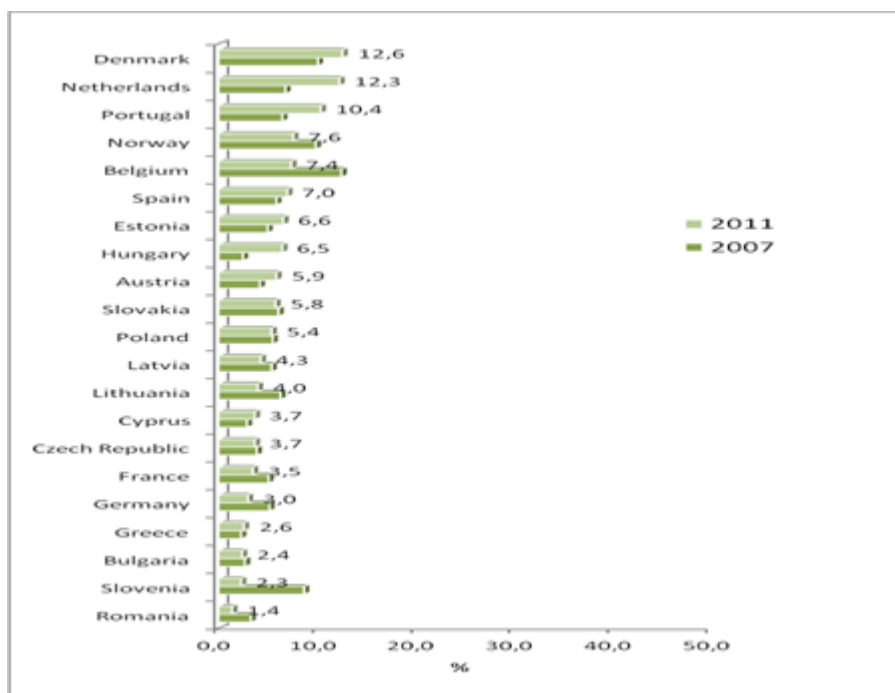
Aprendizagem formal e não formal, em Portugal e na Europa

Começando por comparar os resultados dos vários países no que se refere às taxas de participação da população, com idades entre os 24 e os 64 anos, em atividades de aprendizagem formal, percebe-se, antes de mais, que estamos perante uma modalidade de aprendizagem que abrange segmentos muito reduzidos dos adultos.

Tomando por referência o ano de 2011, as taxas de participação nesta modalidade de aprendizagem praticamente não têm expressão em países como a Roménia, a Eslovénia e a Grécia e ultrapassam ligeiramente os 10% na Dinamarca, Holanda e Portugal. A posição relativa de Portugal é um dos aspetos que mais se destaca na leitura deste gráfico, evidenciando de forma clara o esforço que o país desenvolveu, nos últimos anos, relativamente à melhoria da qualificação escolar da população adulta. Com efeito, Portugal foi um dos países que mais viu crescer a sua taxa de participação em aprendizagem formal entre 2007 e 2011 (em cerca de 4%).

intencionais: “resultante de atividades do dia-a-dia relacionadas com o trabalho, família ou lazer. Não é estruturada (em termos de objectivos, duração ou meios de aprendizagem) e não conduz a uma certificação. Pode ser intencional, mas na maior parte dos casos é não intencional ou “incidental”. (UNESCO, 1997).



Gráfico 1: Participação em atividades de aprendizagem formal, por país, 2007 e 2011

Nota: valores percentuais apresentados para 2011; países ordenados por ordem decrescente das taxas de participação em 2011

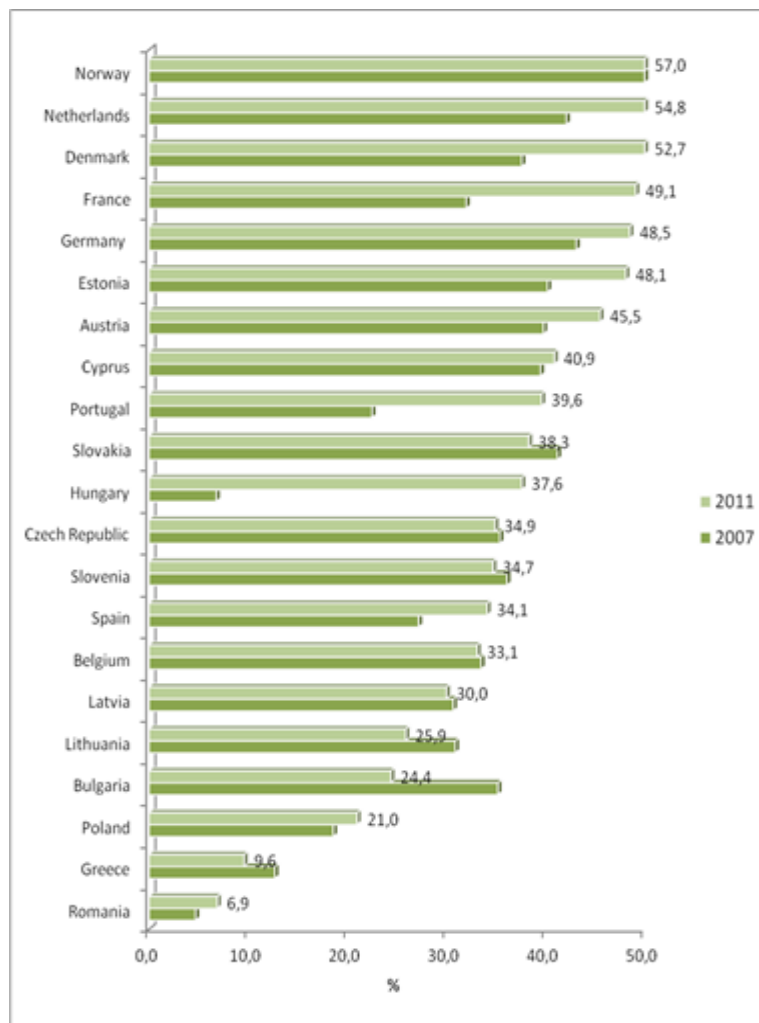
Fonte: Eurostat, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011

Ainda tendo por referência o ano de 2011, e passando à participação em atividades de aprendizagem não formal, verifica-se que, na generalidade dos países, as taxas de participação são, como seria de esperar, bastante mais elevadas do que as relativas à aprendizagem formal. Os valores situam-se um pouco acima de 50% para países como a Noruega, a Holanda e a Dinamarca e abaixo dos 10% na Grécia e na Roménia. São diferenças muito expressivas, que espelham e refletem as fortes desigualdades entre países quanto ao envolvimento da população adulta em processos de aprendizagem ao longo da vida.

A posição de Portugal evidencia, uma vez mais, as dinâmicas ocorridas nos últimos anos relativamente ao envolvimento da população adulta em atividades de aprendizagem. Em Portugal, cerca de 40% dos inquiridos declararam, em 2011, ter estado envolvidos neste tipo de ações. Trata-se de um valor relativamente elevado, sobretudo quando comparado com o que havia sido registado em 2007: nesse ano apenas 22,5% dos inquiridos confirmaram a participação em atividades de aprendizagem não formal. Apenas a Hungria registou, no mesmo período tempo, um aumento superior.



Gráfico 2: Participação em atividades de aprendizagem não formal, por país, 2007 e 2011



Nota: valores percentuais apresentados para 2011; países ordenados por ordem decrescente das taxas de participação em 2011

Fonte: Eurostat, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007 e 2011

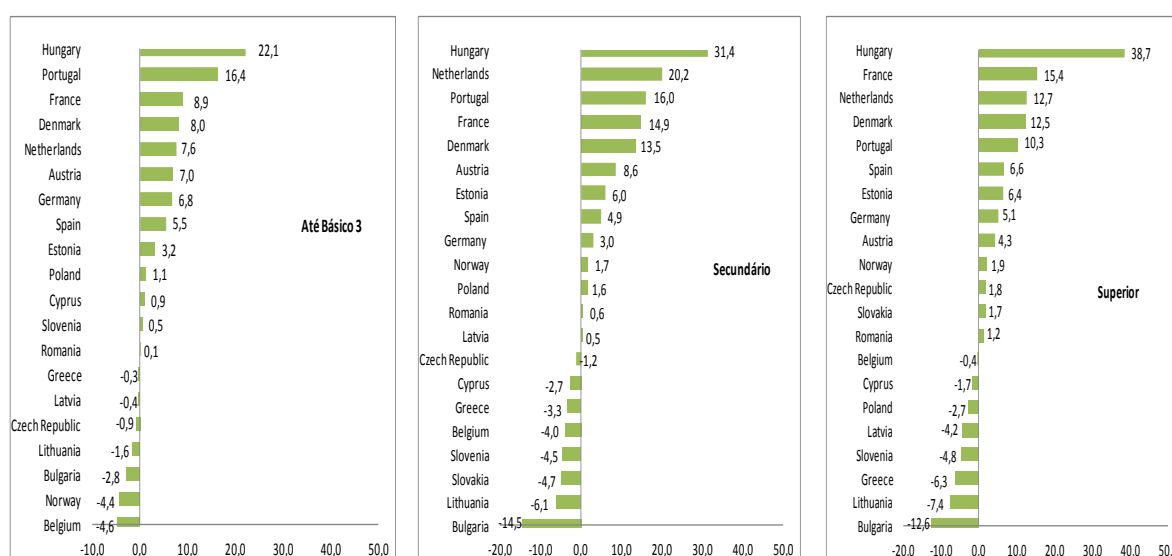
Perante estes resultados, é necessário perceber algumas das características da evolução registada. Uma questão que se coloca de imediato consiste em perceber quais os inquiridos que protagonizaram esta mudança. Será ela transversal ao conjunto dos adultos, ou abrangerá predominantemente segmentos específicos? Não sendo possível, no quadro desta apresentação, tratar com a devida profundidade esta questão (o que implicaria a mobilização de um conjunto muito alargado de variáveis), procura-se situar o fenómeno atendendo à escolaridade dos inquiridos.

Antes de se apresentarem os resultados é importante recordar os contornos da relação entre escolaridade e participação em processos de educação e formação ao longo da vida. Ao contrário do que se poderia supor, de um modo geral são os indivíduos com níveis de qualificação escolar mais elevados aqueles que mais se envolvem, no decurso da sua vida, e em diferentes contextos, em atividades que proporcionam experiências de aprendizagem. Quer isto dizer que aqueles que detêm recursos escolares e competências mais reduzidos tendem a encontrar múltiplos obstáculos, objetivos e subjetivos, que, em



conjunto, os afastam das dinâmicas de aprendizagem ao longo da vida. Este é um fenómeno que atravessa todos os países, considerando-se, por isso que, para o contrariar, são necessárias políticas especialmente orientadas para potenciar a participação de todos aqueles que tendem a ficar cada vez mais afastados do acesso ao conhecimento e a competências consideradas decisivas para responder aos desafios e exigências das sociedades contemporâneas. Neste quadro de profundas desigualdades no acesso à aprendizagem formal e não formal por parte dos adultos menos escolarizados, importa então perceber em que medida a evolução positiva registada em Portugal entre 2007 e 2011 as reforça ou mantém. As figuras 3, 4 e 5 permitem um olhar sobre este tema

Gráfico 3, 4 e 5: Diferença entre a percentagem de participação em atividades de aprendizagem formal ou não formal em 2011 e em 2007, por nível de escolaridade



Os resultados mostram que, efetivamente, na maioria dos países tendem a acentuar-se, no período de tempo considerado, as desigualdades entre os inquiridos quanto ao envolvimento em processos de aprendizagem ao longo da vida (formais e não formais) em função da escolaridade: nos países que viram as suas taxa de participação aumentar, o crescimento é sempre maior entre os inquiridos que têm uma escolaridade de nível secundário ou superior.

A única exceção a este cenário é Portugal. Com efeito, Portugal surge com sendo o único país (entre aqueles de que se dispõe, até ao momento, de dados para os dois anos considerados) em que o maior aumento na taxa de participação neste tipo de processos (16,4%) foi registado entre os detentores de qualificações escolares de partida mais baixas (até básico 3). Os valores registados entre aqueles que tinham ensino secundário são muito próximos (16%), mas não deixa de ser de sublinhar a equiparação com a população menos escolarizada. Pode assim afirmar-se que Portugal regista, no período em análise, uma diminuição das desigualdades no acesso da população adulta a processos formais e não formais de aprendizagem ao longo da vida.

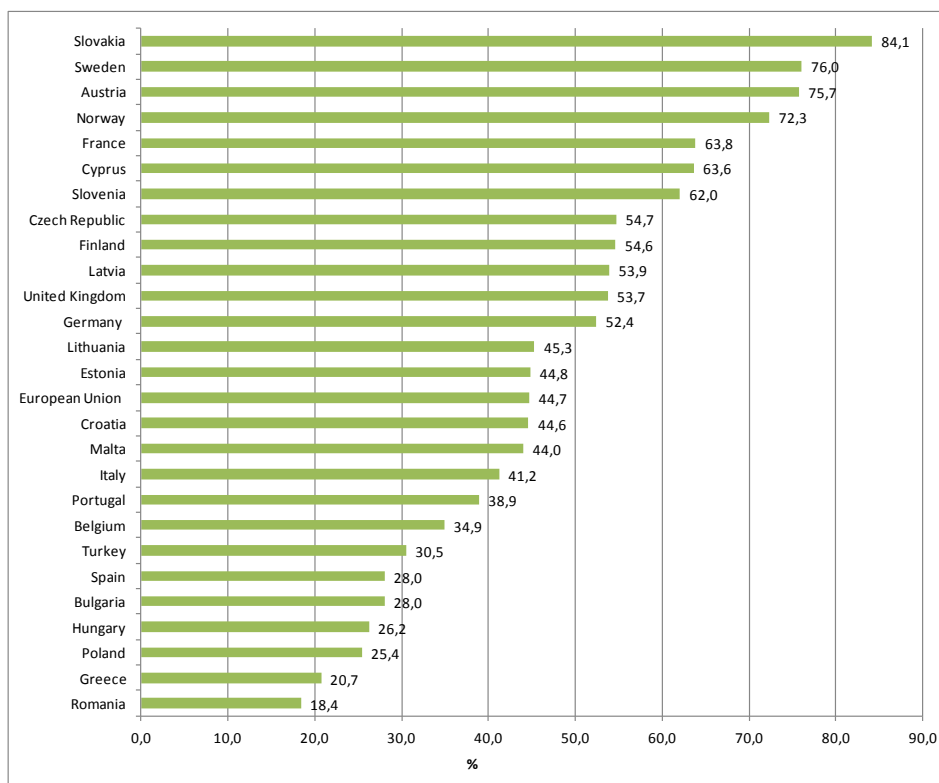
A aprendizagem informal em Portugal e na Europa

Importa agora alargar o olhar comparativo com os restantes países europeus na



tentativa de compreender a especificidade, ou não, de Portugal, ao nível da aprendizagem informal. Neste caso, porém, os dados disponíveis ainda não possibilitam a comparação entre 2007 e 2011, pelo que a análise se cingirá ao ano de 2007. Em contrapartida, o leque de países de que se dispõe é, neste caso, bastante mais alargado.

Gráfico 6: Participação em atividades de aprendizagem informal, por país, 2007



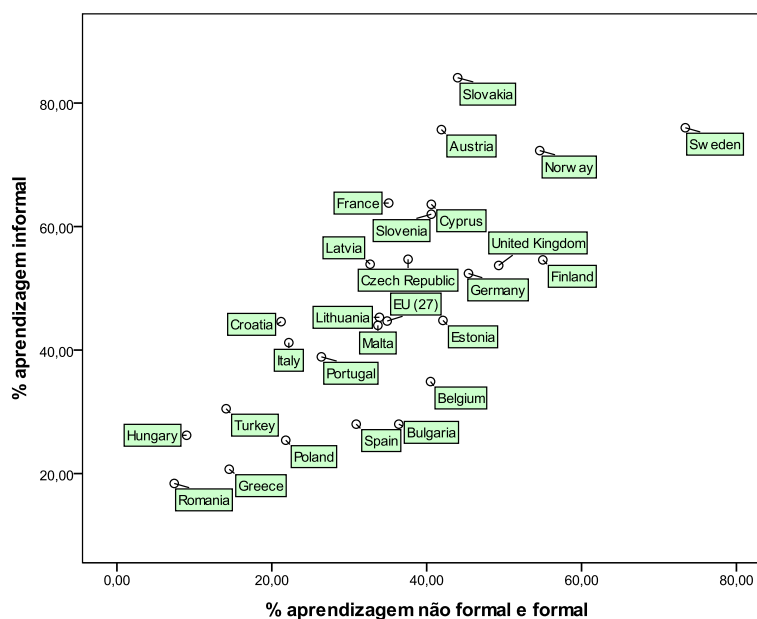
Nota: países ordenados por ordem decrescente das taxas de participação em 2007

Fonte: Eurostat, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007

Uma primeira constatação a partir da leitura do gráfico é a da extrema variabilidade entre países no que se refere à participação em atividades de aprendizagem informal. Essa variabilidade é bastante mais acentuada que a verificada nas outras formas de aprendizagem.

Portugal, em 2007, encontra-se entre os países com percentagens bastantes reduzidas de participantes em atividades de aprendizagem informal (38,9%), próximo da Itália, Bélgica e Turquia e muito longe do envolvimento intenso em atividades de aprendizagem informal referido em países como a Eslováquia, a Suécia, a Áustria e a Noruega. Presentemente, ainda sem os dados relativos à aprendizagem informal recolhidos em 2011, não podemos ainda perceber se o efeito de crescimento da participação ao nível das aprendizagens formais e não formais no nosso país se refletiu também num aumento das aprendizagens informais. Mas é provável que sim, uma vez que há evidências claras (como veremos) de uma relação estreita entre as três formas de aprendizagem.



Gráfico 7: Participação em atividades de aprendizagem formal, não formal e informal, por país, 2007

Fonte: Eurostat, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007

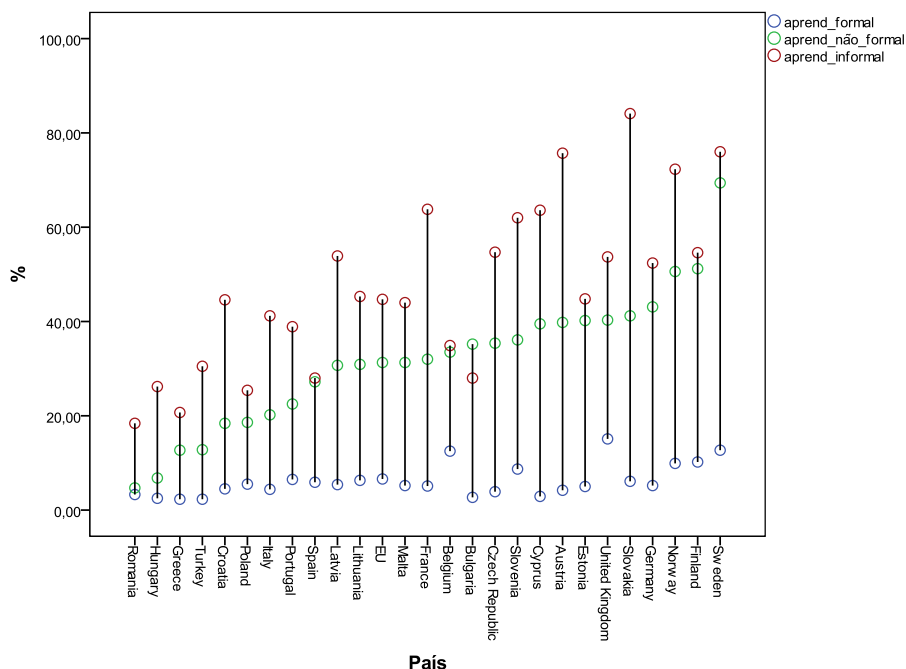
De facto, a aprendizagem informal, em cada país, não pode ser compreendida isoladamente, ou seja, sem ter por referência as duas restantes modalidades. A tendência evidenciada na figura é clara: quanto mais elevada a taxa de participação em atividades de aprendizagem formal e não formal, mais elevada tende a ser a taxa de aprendizagem informal. Ainda assim, a linearidade não é de forma alguma absoluta, uma vez que para níveis de aprendizagem formal ou não formal próximos são visíveis diferenças consideráveis quanto à aprendizagem informal.

Assim, em países como a França, a Áustria e a Eslováquia, a aprendizagem informal é referida por quase o dobro de indivíduos envolvidos em processos formais e não formais de aprendizagem. Embora em menor escala, em Portugal o número de indivíduos que afirmou realizar aprendizagens informais é bastante superior ao que afirmou ter realizado aprendizagens através das duas outras modalidades.

Encontramos países em que essa relação é quase linear, como a Estónia, a Finlândia e a Suécia (igual número de participantes em aprendizagem informal e nas duas outras modalidades de aprendizagem).



Gráfico 8: Participação em atividades de aprendizagem formal, não formal e informal, por país, 2007



Fonte: Eurostat, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007

O gráfico seguinte permite uma outra leitura gráfica do que acabou de se dizer. Portugal surge com valores na aprendizagem informal mais reduzidos do que os de outros países com níveis de participação em aprendizagem formal equivalente ou mesmo inferior (Itália e Croácia). Áustria, França e Eslováquia surgem como exemplos de países com percentagens de participação em atividades de aprendizagem informal acentuadamente elevadas atendendo aos valores registados nas outras modalidades.

São certamente muitos os fatores que podem explicar estas diferenças (incluindo diferenças ao nível da interpretação das perguntas). Importante não esquecer a importância decisiva (mas não exclusiva) da vida profissional para a aprendizagem informal. Sendo a profissão um contexto incontornável a este respeito, importa lembrar que sempre que o mesmo for desqualificado dificilmente são solicitadas novas aprendizagens. Como refere Ávila (2008), em Portugal, não só predominam as profissões desqualificadas, como os trabalhadores que as desempenham têm níveis de competências de literacia muito baixos: “para a maioria dos portugueses, os contextos de trabalho são, não apenas desqualificados, mas também muitas vezes desqualificantes. Nas condições correntes da generalidade dos empregos, as atividades exercidas não estimulam novas aprendizagens de carácter informal (em particular de leitura e de escrita), nem permitem exercitar competências previamente adquiridas.” (Ávila, 2008: 252).

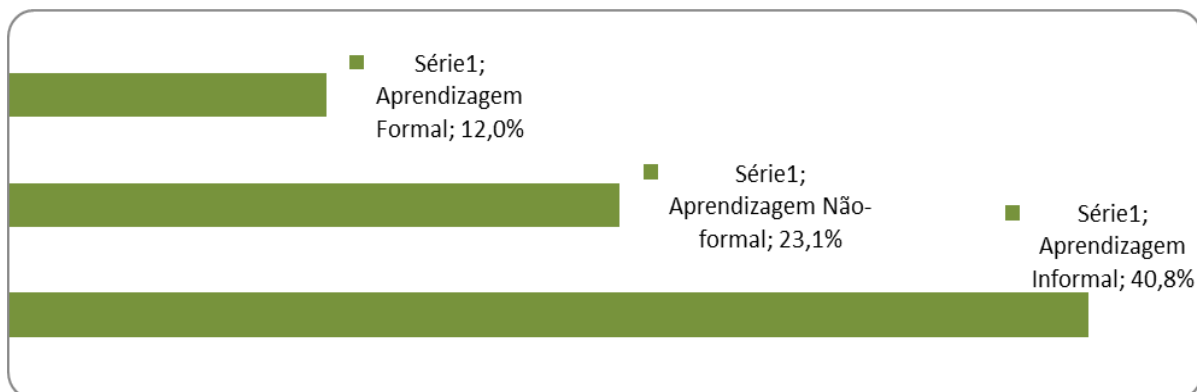
As aprendizagens informais em Portugal

Neste segundo nível de análise, o enfoque é colocado na aprendizagem informal apreendida através dos resultados do IEFA 2007. A análise reporta-se apenas a Portugal e cobre uma faixa etária mais alargada do que a foi, até aqui, considerada. Isto porque, como foi já referido, em Portugal a população alvo se situou entre os 18 e os 64 anos (e não



apenas entre os 24 e os 64 anos). Assim, deixando o enfoque comparativo a nível internacional de estar presente, optou-se por incluir nas análises que seguidamente se apresentam o conjunto das idades sobre as quais se dispõe de informação.

Gráfico 9: Percentagem de portugueses entre os 18 e os 64 anos que afirmaram ter realizado aprendizagens, por forma de aprendizagem, em 2007



Fonte: Base de Dados (micro-dados) IEFA, INE 2007

O gráfico 9 recupera alguma informação já apresentada, mas agora considerando os inquiridos com idade entre os 18 e os 64 anos. Os traços gerais não se alteram: comparando os três modos de aprendizagem, em 2007, observa-se que, como seria de esperar, as pessoas se envolvem, de forma deliberada, sobretudo em aprendizagens informais quotidianas, e bastante menos em aprendizagens com um grau crescente de formalização. Também se destaca o facto de a maioria dos portugueses (quase 60%) afirmar não ter estado envolvida em qualquer tipo de atividades deliberadas de aprendizagem. Ainda assim, note-se que o facto de os mais jovens (entre os 18 e os 24 anos) terem sido considerados faz aumentar consideravelmente os valores da participação em atividades de aprendizagem formal.

Atendendo à especificidade da aprendizagem informal, é interessante perceber os modos através dos quais esta se concretiza.

Gráfico 10: Modo de concretização das aprendizagens informais

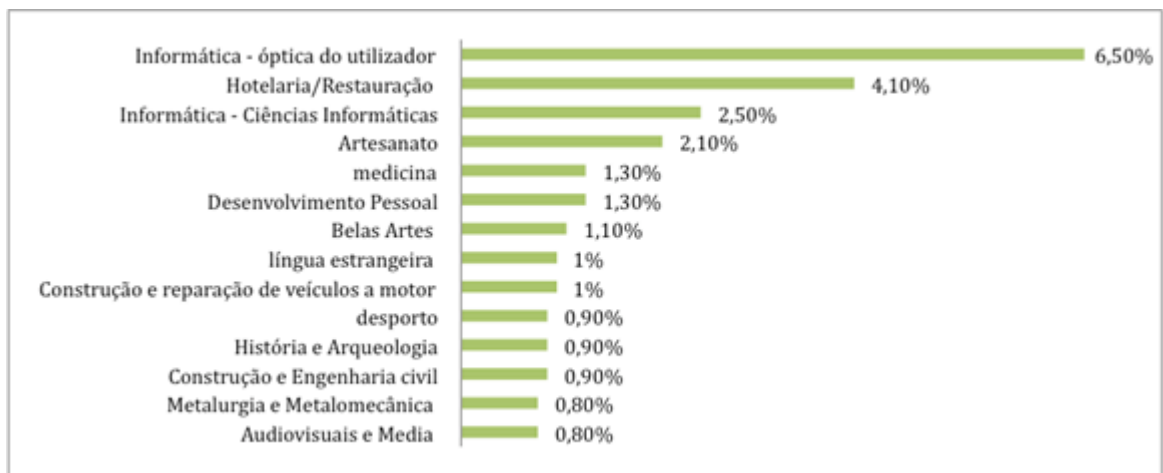


Fonte: Base de dados (micro-dados) IEFA, INE 2007



Os portugueses preferem aprender com familiares, amigos ou colegas (26%), mas também através de material impresso (23%) e de computadores (23%). Menos referidos são outros modos de aprendizagem, como a realizada através da televisão, rádio e vídeo (11%), ou através de visitas guiadas a museus e locais de interesse histórico-natural (6%). Muito poucos são os que referem a frequência de bibliotecas como modo de aprendizagem (4%).

Gráfico 11: Conteúdos de realização das aprendizagens informais



Fonte: Base de dados (micro-dados) IEFA, INE 2007

Quanto aos conteúdos ou temas em torno dos quais procuraram desenvolver as suas aprendizagens, as respostas são muito variadas, mas mostram a existência de alguns conteúdos predominantes. Com efeito, os inquiridos que referem ter estado envolvidos em atividades de aprendizagem informal nos 12 meses anteriores à realização do inquérito, afirmam que o fizeram sobretudo para adquirirem competências em informática, em hotelaria/restauração (culinária/confecção de alimentos, provavelmente), artesanato, medicina, desenvolvimento pessoal e belas artes. São também referidas a aprendizagem de línguas estrangeiras, a história/arqueologia, a construção e reparação de veículos a motor, a construção civil/engenharia civil, o desporto, os audiovisuais, a metalurgia e metalomecânica e a produção agrícola e animal.

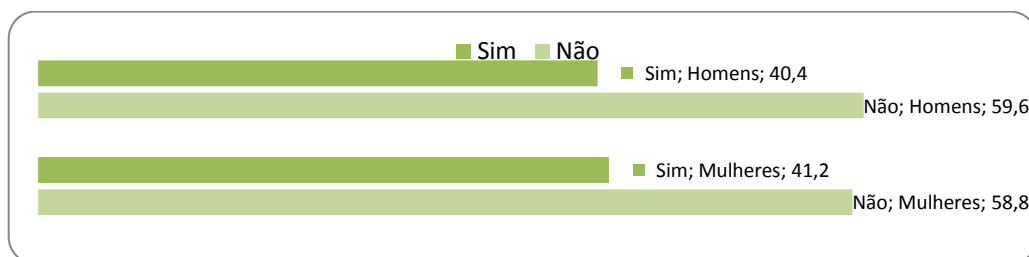
Aprendizagens informais e sexo

Interessa perceber em que medida as aprendizagens informais poderão estar relacionadas com um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, procurou-se perceber se homens e mulheres poderiam revelar níveis de envolvimento diferente nesta modalidade de aprendizagem.

Como se pode ver na Figura 14, as diferenças são mínimas e não são estatisticamente significativas ($\chi^2(1) = 0,738, p = 0,390$).

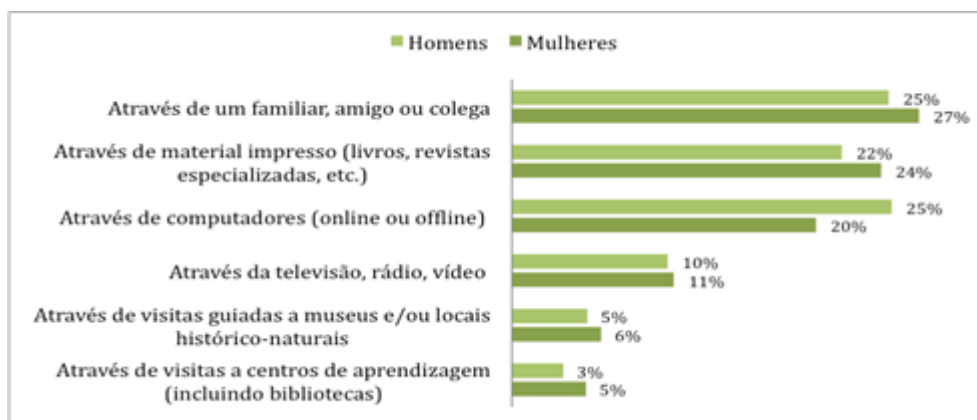


Gráfico 12: Realização de aprendizagens informais por sexo



Fonte: Base de dados (micro-dados) IEFA, INE 2007

Gráfico 13: Distribuição dos inquiridos por modo de aprendizagem e sexo



Nota: Qui-quadrado estatisticamente significativo ($p < 0,05$) para todas as variáveis, excepto “através da televisão, rádio ou vídeo”

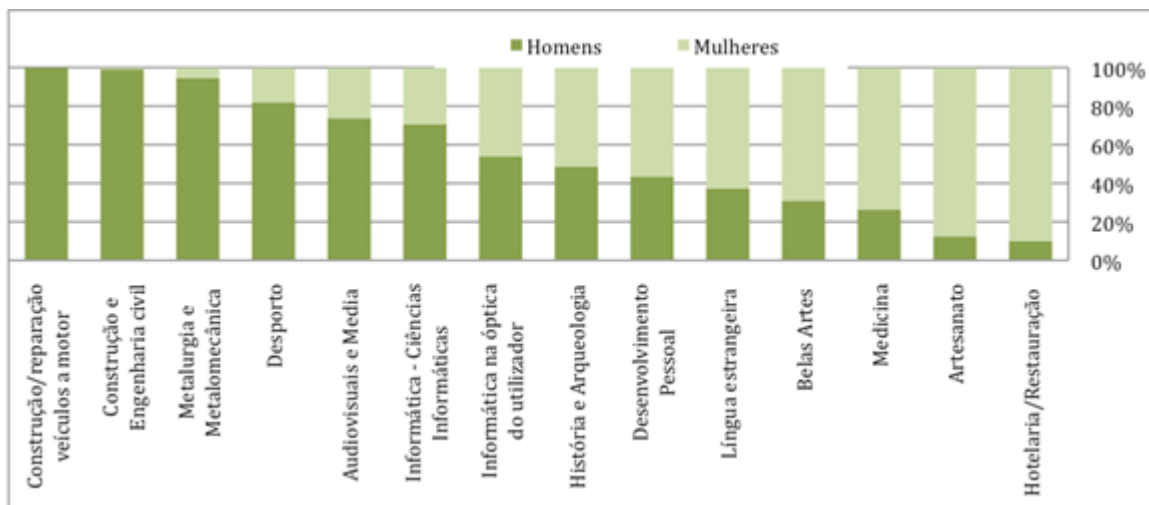
Fonte: Base de dados (micro-dados) IEFA, INE 2007

Numa análise mais fina, por modo de aprendizagem informal, encontram-se algumas diferenças, ligeiras mas significativas, entre homens e mulheres. Enquanto os homens utilizam mais do que as mulheres os computadores e a internet como modo de aprendizagem, as mulheres utilizam mais do que eles os outros modos informais de realizar aprendizagens: através de um familiar, amigo ou colega de trabalho, através de material impresso, através de visitas a centros de aprendizagem, incluindo bibliotecas, através de visitas guiadas a museus e/ou locais histórico-naturais.

Relativamente às “matérias” que aprendem, constata-se que as aprendizagens informais dos portugueses permanecem, no entanto, muito díspares entre sexos, situando-se as maiores diferenças em áreas mais tradicionalmente conotadas com cada sexo.



Gráfico 14: Participação em atividades de aprendizagem informal por sexo do indivíduo e conteúdo da aprendizagem

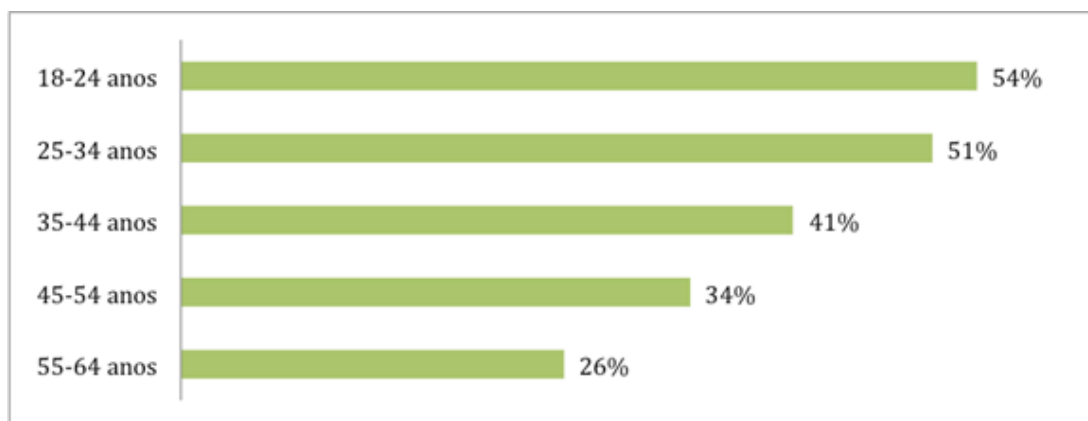


Fonte: Base de dados (micro-dados) IEFA, INE 2007

Aprendizagens informais e idade

A idade dos inquiridos está relacionada com a sua participação em atividades de aprendizagem informal. De facto, em Portugal verifica-se a existência de uma relação significativa entre estas duas variáveis. Quanto mais jovens são os indivíduos, mais são os que respondem afirmativamente quando questionados sobre se participaram em atividades de aprendizagem informal nos últimos 12 meses. As percentagens de respostas afirmativas a esta questão vão diminuindo com a idade.

Gráfico 15: Participação em atividades de aprendizagem informal por escalões etários



Nota: (χ^2 (4) = 443,094, $p < 0,001$); V Cramer = 0,198

Fonte: Base de dados (micro-dados) IEFA, INE 2007

Quando relacionamos a idade com os seis modos informais de aprender que integram o inquérito, constata-se, em todos, uma relação significativa com a variável idade. Pode verificar-se a existência de uma hierarquia ao nível da intensidade da associação entre a idade e os diferentes modos de aprendizagem informal. O modo de aprendizagem

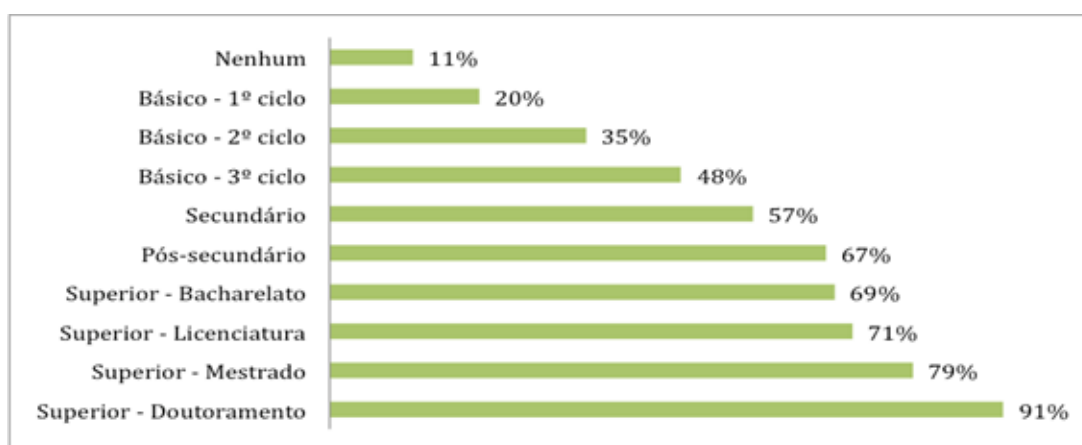


que apresenta uma associação mais intensa com a idade é a aprendizagem através de computadores (online ou offline) e a aprendizagem com um familiar, amigo ou colega de trabalho.

Aprendizagens informais e nível de escolaridade

Encontrou-se também uma associação evidente, e estatisticamente significativa, entre o nível de escolaridade dos inquiridos e a participação em atividades de aprendizagem informal. Ou seja, a escolaridade dos indivíduos influencia a probabilidade da sua participação em atividades de aprendizagem informal.

Gráfico 16: Participação em atividades de aprendizagem informal por grau de escolaridade



Nota: (χ^2 (9) = 1595.963, $p < 0,001$; V Cramer = 0,376)

Fonte: Base de dados (micro-dados) IEFA, INE 2007

Quanto mais elevado é o nível de escolaridade, maior é a participação em atividades de aprendizagem informal. Quando se trata da população com licenciatura, os modos informais de aprender são referidos por 70,9% dos inquiridos (aumentando ainda mais no caso daqueles que possuem mestrado e doutoramento), o que é manifestamente contrastante com as percentagens reduzidas de quem possui o 1º e o 2º ciclos do ensino básico (respectivamente 20,3% e 34,8%). Uma vez mais julga-se importante enfatizar estes dados: são poucos os portugueses que têm uma escolaridade elevada, e muitos aqueles cujos recursos escolares (refletidos em frequência e conclusão de anos de escolaridade) são muito baixos. Este défice de escolarização da população tem também implicações negativas quanto ao envolvimento dos indivíduos em formas não escolares de aprender. Mesmo que estejamos perante diferentes entendimentos dos inquiridos sobre aquilo que significa aprender, é muito evidente o facto de haver uma estreita associação entre capital escolar e aprendizagens informais.

Nesta sequência, procedeu-se ainda a uma análise dos vários modos informais de aprender, para melhor perceber os contornos da forte associação com os níveis de escolaridade. Verifica-se em todos eles uma associação positiva e estatisticamente significativa entre aquelas variáveis. Qualquer que seja o modo informal de aprender, são sempre os mais escolarizados aqueles que afirmam efectuar mais aprendizagens. Mas há determinados modos de aprender que apresentam associações mais fortes com o nível de



escolaridade. Assim, o facto de se ter mais ou menos escolaridade interfere intensamente com o desenvolvimento de aprendizagens com recurso a computadores (V de Cramer = 0,409) e através de material impresso (V de Cramer = 0,360). Também intensas são a relação entre escolaridade e a aprendizagem através de visitas guiadas a museus e/ou locais histórico-naturais (V de Cramer = 0,242) e a relação entre escolaridade e a aprendizagem decorrente de visitas a centros de aprendizagem, incluindo bibliotecas (V de Cramer = 0,242). Menos intensas, mas ainda assim significativas, são as relações da escolaridade com a aprendizagem através de um familiar, amigo ou colega de trabalho (V de Cramer = 0,191) e através da televisão, rádio ou vídeo (V de Cramer = 0,142).

A análise destes dados evidencia que não são apenas as aprendizagens que pressupõem prévias competências de literacia que ficam comprometidas com a escassez de escolaridade. Se até as aprendizagens que decorrem de relações informais estão relacionadas com a escolaridade, percebe-se que o afastamento relativamente a estes processos tem a ver com as “disposições” dos indivíduos a este respeito e também, muito provavelmente, com os seus contextos de vida e com as suas redes de relações. A frequência da escola parece influenciar não só a aquisição de aprendizagens específicas e de modos de aprender, mas também o desenvolvimento de disposições e de redes de relações potenciadoras de aprendizagens aos mais variados níveis (Ávila, 2008). O impacto da escola na vida dos indivíduos surge como muito abrangente, extravasando os limites da aprendizagem formal e interferindo nas aprendizagens informais, quotidianas, nas formas de ser e de estar individuais e com os outros.

Quais os principais preditores da aprendizagem informal?

Analisados alguns dos factores que influem na participação em atividades de aprendizagem informal, procurou-se perceber de que forma agem em conjunto sobre essa participação, procedendo-se, para isso, à realização de uma regressão logística. Assim, consideraram-se como variáveis explicativas o sexo, a idade, a escolaridade, a participação em atividades de aprendizagem formal e a participação em atividades de aprendizagem não formal. Obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 2: Preditores da participação em atividades de aprendizagem informal (Regressão logística)

	<i>Odds Ratio</i>
Idade	0,992*
Sexo (masculino)	1,007
Escolaridade	1,143*
Participação em Aprendizagem Formal	1,507*
Participação em Aprendizagem Não Formal	2,377*
χ^2 (5)	1962,963*
Nagelkerke R ²	0,215

*p<0,001

Fonte: Base de dados (micro-dados) IEFA, INE 2007 (cálculos próprios)

Globalmente, o modelo é significativo, permitindo explicar a participação em atividades de aprendizagem informal ($\chi^2=1962,963$; $p<0,001$). Entre as variáveis incluídas, apenas o sexo não contribui para explicar essas atividades.

Procurando hierarquizar os efeitos das restantes variáveis observa-se, em primeiro lugar, que a variável mais importante para perceber o desenvolvimento de atividades de aprendizagem informal é a participação em atividades de aprendizagem não formal,



seguindo-se a participação em atividades de aprendizagem formal. Significa isto que o modo informal de aprender não pode, de forma alguma, ser dissociado dos modos não informais, uma vez que estes últimos parecem criar as condições (a sobretudo, as competências e as disposições) para que o primeiro possa ocorrer.

Também a escolaridade surge, neste modelo, como contribuindo positivamente (e significativamente) para o desenvolvimento de práticas de aprendizagem informal, embora com impacto mais reduzido do que modalidades de aprendizagem formal e não formal. Assim, níveis de escolaridade mais elevados tendem a fazer aumentar a possibilidade de ocorrerem práticas de aprendizagem informais no quotidiano. Ou seja, mesmo tendo em conta o efeito das aprendizagens formais e não formais, a escolaridade continua a ser um fator condicionador das aprendizagens informais.

Finalmente, é importante dar conta do efeito, de sinal contrário, da idade. À medida que a idade aumenta, a possibilidade de desenvolver aprendizagens informais diminui significativamente. Embora a idade seja, dos efeitos significativos, aquele que apresenta um contributo mais baixo, ainda assim o mesmo não pode deixar de ser tido em conta na leitura do modelo. Evidenciam-se, deste modo, as dificuldades acrescidas que se colocam aos mais idosos quanto ao desenvolvimento de aprendizagens informais, dificuldades essas que tendem a ocorrer mesmo quando os níveis de escolaridade são elevados e ou quando se está na presença de práticas formais e não formais de aprendizagem.

Referências bibliográficas

Ávila, Patrícia (2008). *A literacia dos adultos: Competências-chave na sociedade do conhecimento*. Lisboa: Celta Editora.

EUROSTAT (s/d). Inquérito à educação e formação de adultos (2007 e 2011). Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

Instituto Nacional de Estatística (2009). *Aprendizagem ao longo da vida. Inquérito à educação e formação de adultos (2007)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística [INE] (2012). *Inquérito à educação e formação de adultos. IEFA 2011: Documento metodológico*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Maroco, João (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS (3.ª ed.)*. Edições Sílabo.

UNESCO (1997). *International standard classification of education ISCED 1997*. Paris: UNESCO Institute for Statistics.

UNESCO (2011). *Revision of the international standard classification of education (ISCED)*. Paris: UNESCO Institute for Statistics.

